

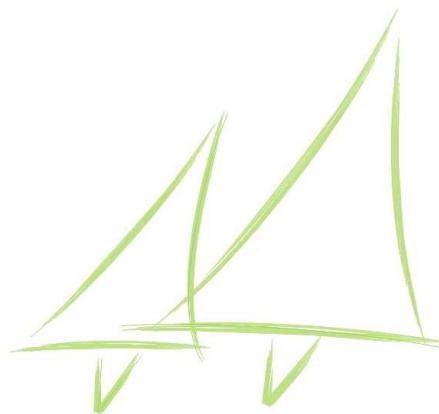
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÉ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS AUTOGESTIONÁRIAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Identidade, valores e governança das cooperativas

Maria Cecília Camargo Pereira
macecape@hotmail.com
Universidade de Campinas - UNICAMP

Resumo:

Neste texto discutimos em que medida experiências de cooperativismo no Brasil e Argentina se configuram enquanto alternativas de geração de trabalho e renda que permitem aos trabalhadores experiências de trabalho autônomo.

Para tanto, analisamos duas cooperativas populares na cidade de Campinas, criadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP e seis cooperativas populares na cidade de Buenos Aires, formadas a partir de empresas recuperadas.

Essas experiências foram analisadas em sua inserção em movimentos mais amplos nos quais elas se integram, a saber, o movimento de Economia Solidária no Brasil e de Economia Social na Argentina.

Não se trata, portanto, de uma comparação entre cooperativas brasileiras e argentinas, mas sim de movimentos.

O trabalho de campo nos aponta para dois movimentos diferenciados, com características bastante distintas: no caso do Brasil, um movimento mais voltado para a geração de trabalho e renda, ainda que com dificuldades até para sua própria manutenção; no caso da Argentina, um movimento que extrapola a geração de renda, em direção a um trabalho mais participativo, mais democrático e mais autônomo.

Palavras-chave: Trabalho; Cooperativas; Empresas Recuperadas; Autogestão; Incubadoras.

Abstract:

This work discusses experiences of cooperatives in Argentina and Brazil and the extent to which these experiences represent an alternative to job creation and income generation in which workers have autonomy.

With this goal in mind, we analyzed two cooperatives in Campinas, Brazil that were created with the support of (a cooperative incubator associated with UNICAMP (Universidade de Campinas) - and six cooperatives in Buenos Aires, Argentina created from bankrupted companies.

These experiences were analyzed from a broader perspective, taking into account the larger social movements to which they were a part of: the Economy of Solidarity in Brazil and the Social Economy in Argentina.

This work is not a comparison between the Brazilian and Argentine cooperatives. It is, in fact, a comparison of the two social movements.

The field work indicates that these are two very different movements with very different characteristics. In the case of Brazil, The Economy of Solidarity focuses on income and job creation, despite the difficulties for its own survivor. In the case of Argentina, the focus goes beyond income generation towards a workplace that is more participative, democratic and autonomous.

Key-words: Work; Cooperatives; Enterprises Recuperates; Management Colective; Incubators.

Introdução

A busca de alternativas para a superação dos efeitos excludentes do capitalismo a partir de teorias e experiências baseadas na associação entre os trabalhadores e na autogestão não é nova. O cooperativismo surgiu no século XVIII, na Inglaterra, como resultado das lutas operárias que aconteceram após a 1ª Revolução Industrial.

Segundo Singer (2002), os trabalhadores ingleses, confrontados com a exclusão perpetrada pela Primeira e Segunda Revolução Industrial, adquiriram três formas distintas de resistência. A primeira, o Ludismo, consistia na resistência pura e simples às novas formas de produção, com a destruição das máquinas; a segunda foi a organização política dos trabalhadores, através de sindicatos e partidos, reivindicando melhores condições de trabalho e direitos políticos (é desta época a luta pelo sufrágio universal) e a terceira, foi a resistência a partir da organização econômica, criando cooperativas e outras formas de trabalho baseados na ajuda mútua. Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil, foi um dos ideólogos e militante desse novo modelo de organização do trabalho (Singer, 2002).

Foi também na Inglaterra que surgiu a primeira cooperativa de consumo, denominada Cooperativa de Rochdale, fundada em 1844. Os princípios que até hoje regem as cooperativas (apesar de algumas poucas mudanças ocorridas em congressos internacionais) vêm de Rochdale, que é considerada o marco fundador do cooperativismo. Esses princípios são: vínculo aberto e voluntário (livre – adesão); um membro, um voto; igualdade na participação econômica;

autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com a educação; intercooperação (Santos, 2002).

Quase concomitante à Inglaterra, na França, as iniciativas de formação de cooperativas datam de 1823, sendo incentivadas pelas teorias de Charles Fourier e Pierre Proudhon (Santos, 2002).

O movimento de Economia Solidária no Brasil

No Brasil, apesar de sua origem estar vinculada às lutas operárias do início do século XX, até os anos de 1970 a existência de cooperativas esteve restrita a certos setores da economia, especialmente ao mundo rural. Muitas vezes, estas cooperativas de produtores rurais não se constituíam em cooperativas autogestionárias, mas se utilizavam da forma jurídica de cooperativas para encobrir relações de subordinação ou no máximo promoviam uma cooperação tangencial no processo de produção, sem nenhum exercício democrático da gestão do empreendimento.

Foi a partir dos anos 80 do século XX que, no contexto do processo de redemocratização do Brasil, diversos setores da sociedade começaram a propor que a democracia não deveria ficar restrita ao mundo político institucional, mas necessitava se expandir para outras esferas da vida, particularmente no mundo do trabalho. É daí que passa a surgir todo um movimento na sociedade brasileira, no qual trabalhadores de diversos ramos de atividade iniciam a formação de cooperativas, movimentos sociais passam a fomentar práticas de autogestão, universidades e outras entidades começam a apoiar a criação de empreendimentos cooperativados.

“Para quem observa com atenção e interesse a realidade social do país, é cada vez mais perceptível o crescimento e a expansão das iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação” (Gaiger, 1999).

Como fruto desta “descoberta”, (re)surgem diversas formas de organizações cooperativas em diferentes setores de organização econômica, envolvendo diversos sujeitos sociais. Como exemplos, podemos citar as cooperativas criadas em assentamentos de reforma agrária pelo MST; os projetos de constituição de grupos coletivos de produção a partir do trabalho que a Cáritas Brasileira, entidade ligada a CNBB, desenvolve em comunidades e grupos populares; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas pelas Universidades, auxiliando na formação de cooperativas dos mais diversos ramos, em regiões da periferia dos grandes centros urbanos; as empresas que ao passar por processos de crise ou de situação falimentar são assumidas por seus trabalhadores, que formam cooperativas para recuperá-las e geri-las coletivamente; nestes casos, os empreendimentos puderam contar com entidades de apoio vindas do mundo sindical, que criou a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Co-gestão (ANTEAG em 1994) e a Central de Cooperativas e empreendimentos de economia solidária (UNISOL/BRASIL em 1999), criada e apoiada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ou seja, o cooperativismo e outras formas de organização coletiva do trabalho baseadas no princípio da autogestão, usufruem do apoio de diferentes tipos de organização da sociedade civil.

Observe-se, todavia, que outro elemento importante no processo de criação de cooperativas no país foi a crise econômica que se abriu no início da década de 1990, a partir da inserção do Brasil na globalização, com o Governo Collor. De fato, conforme ocorreu com outros exemplos internacionais, inclusive o da Argentina, a situação de crise levou muitas empresas à falência, e trabalhadores à perda de postos de trabalho e de condições de sobrevivência, despertando entre eles o interesse nesse tipo de empreendimento.

Todo este movimento adquiriu o nome de economia solidária. Como observa Singer (2000), a economia solidária pode ser definida como toda forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, não pelos princípios capitalistas da competição, do individualismo, da hierarquia e da heterogestão, mas sim pelos preceitos da solidariedade, da ajuda mútua, da democracia e da autogestão.

Contudo, podemos constatar a existência de empreendimentos cooperativados ou associados que são um engodo aos valores da economia solidária e autogestão. Lima (1997, 1998, 2002), por exemplo, estuda estes casos na região Nordeste e constata que esses empreendimentos são formados com o objetivo de fomentar a exploração do trabalhador por meio da precarização do trabalho. Nestes casos o interesse em formar cooperativas e associações seria o não pagamento dos direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que passa a receber por produção. Também Amorim (2003) chega a conclusão semelhante ao estudar o setor do vestuário na região de Campinas.

Com o objetivo de visualizar o panorama atual das iniciativas de formação de empreendimentos econômicos solidários¹ no Brasil utilizaremos o Atlas da Economia Solidária, que foi elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e publicado em 2006.

A SENAES, secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada em junho de 2003 e vem desenvolvendo ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil, com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais.

Em 2004 a Secretaria implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Assim, está relacionado com os objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais”, ao desenvolver políticas de

¹ Os empreendimentos econômicos solidários abrangem organizações cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a distribuição dos recursos; com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário (principais características dos Empreendimentos Solidários, com base no Atlas da Economia Solidária no Brasil, pág. 13).

fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão (site: www.mte.gov.br).

De acordo com essa Secretaria, existem no Brasil 14.954 empreendimentos econômicos solidários, divididos na seguinte proporção: 44% na região Nordeste, 13%, no Norte, 14% no Sudeste, 12% no Centro Oeste e 17% na região Sul.

Quanto ao aspecto organizativo, os empreendimentos estão distribuídos em cooperativas², associações³ e grupos informais⁴. A maioria deles está organizada sob a figura jurídica de associação (54%), em seguida estão os grupos informais (33%) e organizações cooperativas (11%). Na região Sudeste, os grupos informais são a maioria, totalizando 51% desses empreendimentos e as cooperativas correspondem a 15%. Observe-se, portanto, que as cooperativas constituem uma minoria pouco significativa seja no conjunto do país, seja na região Sudeste. A região de maior concentração de cooperativas é o Sul do país, onde elas correspondem a 22% dos empreendimentos.

Em relação ao gênero, encontramos a seguinte estatística: 64% dos grupos são formados por homens e 36%, por mulheres. Um aspecto interessante a ser destacado, entretanto, refere-se à relação entre a participação das mulheres e o tamanho dos empreendimentos. De acordo com o Atlas, quanto menor o grupo, maior é a participação de mulheres. Este dado é relevante porque revela que as mulheres se encontram prioritariamente nos empreendimentos de menor expressão e, portanto, naqueles de menor viabilidade econômica e onde as retiradas tendem a ser menores.

Já em relação à área de atuação, os dados demonstram que metade dos empreendimentos atua exclusivamente na área rural. É importante destacar aqui que as cooperativas do MST constituem, majoritariamente, cooperativas de distribuição e não de produção. Considerando as regiões, torna-se importante destacar que no Sudeste, contudo, a maioria dos empreendimentos está localizada nas cidades (66%).

Os dados apontam que apenas 38% dos empreendimentos conseguem obter sobras em suas atividades econômicas, enquanto que 16% dos grupos não atingem rendimentos suficientes para pagar suas despesas e 33% deles conseguem apenas cobrir as despesas realizadas (13% dos empreendimentos não responderam a essa questão). Esses dados revelam a dificuldade que enfrenta a maior parte desses empreendimentos, na medida em que quase a metade deles (49%) não consegue gerar qualquer rendimento aos cooperados.

A pesquisa demonstrou também que 50% dos que conseguem obter rendimentos proporcionam a seus membros retirada com valor até meio salário mínimo. Em 26%, a retirada é de meio a um salário mínimo (os 24% restantes não responderam a essa questão). Novamente os dados evidenciam a

² As cooperativas populares são organizações de ajuda mútua formadas por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais, visando a geração de trabalho e renda, se associam voluntariamente e contribuem igualmente para a composição do capital necessário a formação da sociedade cooperativa, sendo a força de trabalho o principal capital de que dispõem.

³ As associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantrópicas.

⁴ Os grupos informais são em sua maioria cooperativas populares, mas distinguem-se delas pela questão jurídica, já que esses grupos não são legalizados.

fragilidade dos empreendimentos, ao trazer à luz o baixo valor das retiradas naquelas cooperativas que geram renda.

Outro dado importante avaliado refere-se à gestão do empreendimento. O indicador utilizado para avaliar a participação dos sócios nos empreendimentos é a periodicidade de realização de assembleias ou reuniões. Foram encontrados os seguintes números: 79% dos empreendimentos afirmaram realizar assembleias ou reuniões com periodicidade de até três meses, sendo que 49% realizam assembleias ou reuniões mensalmente, 10% semanal ou quinzenalmente e 11% bimestral ou trimestralmente. Esses dados indicam que a participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento pode ser significativa. Não há registros, até o presente momento, de quantos trabalhadores participam dos espaços das assembleias.

Em relação às dificuldades enfrentadas, constata-se que 61% dos grupos afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% de acesso a crédito e 27% relataram que não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica. Os dados apontam sérios problemas na efetivação dos empreendimentos para viabilizar a produção, já que a comercialização e o crédito ainda são dificuldades não solucionadas para a grande maioria dos empreendimentos avaliados.

No que se refere às instituições de apoio às cooperativas, a primeira delas, a ANTEAG, surgiu em 1994 a partir da capacidade dos trabalhadores de reagirem aos processos de exclusão ocorridos com o aumento do desemprego no contexto da abertura dos mercados a partir da “era Collor” e a conseqüente crise em alguns setores industriais. Contudo, esse fator não é o único que explica o seu surgimento, que deve ser entendido inclusive no âmbito de um determinado setor sindical que buscava novas formas de ações e de enfrentamento de questões relativas ao mundo do trabalho, colocando a autogestão como seu norte. Sua finalidade, além de representar os trabalhadores de empresas de autogestão, é fornecer assessoria técnica aos empreendimentos.

A segunda iniciativa importante nesse sentido são as ITCPs, criadas pelas universidades. A primeira Incubadora Universitária foi criada em 1998 no centro de pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/Coope). A partir dessa experiência, a Fundação Banco do Brasil abriu um programa de financiamento para as cooperativas e foi criado pelo Governo Federal o Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Por meio deste recurso, novas incubadoras foram sendo criadas.

As ITCPs estão organizadas a partir da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciada em 1998. Tem como objetivos vincular de forma interativa e dinâmica as Incubadoras, favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos. O projeto da Rede conta hoje com universidades distribuídas em diferentes regiões do país. Nas reuniões da Rede são discutidas questões referentes ao trabalho desenvolvido, projetos, trocas de experiências e ações comuns. Percebe-se a existência de problemas comuns, como a falta de financiamento para a realização de projetos, o pouco reconhecimento do seu papel pela Universidade e as dificuldades de formação e fortalecimento dos grupos nas

cooperativas. O debate quanto às metodologias de formação de cooperativas é uma constante nessas reuniões. A ITCP/UNICAMP faz parte da Rede, atualmente composta por 37 incubadoras universitárias.

Já a Unisol Cooperativas surgiu a partir da organização do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e busca articular e representar cooperativas e empreendimentos solidários. Esse projeto, criado num primeiro momento com o intuito de incluir apenas as cooperativas do estado de São Paulo, adquiriu abrangência nacional em 2004. A Unisol desenvolve o mesmo tipo de assessoria que a Anteag. Existe, entretanto, diferenças políticas entre as entidades, principalmente relacionadas às diferentes correntes sindicais que as constituíram. Além disso, enquanto a Anteag só trabalha com empresas recuperadas, a Unisol presta assessoria a qualquer tipo de cooperativa, desde que filiada à entidade.

Enfatizamos que no Brasil o movimento pode ser considerado como sendo construído de cima para baixo a partir de políticas sindicais, de ONGs, de Universidades Públicas ou de diferentes instâncias governamentais; ele integra prioritariamente populações excluídas ou de baixa renda, com pouca experiência de trabalho fabril, que não têm, portanto, experiência prévia de trabalho coletivo.

Podemos considerar ainda que o movimento é impulsionado menos pelos próprios trabalhadores do que por atores externos ligados a uma proposta de trabalho autogestionário.

O Movimento de Economia Social na Argentina

O fenômeno da ocupação de empresas geridas pelos trabalhadores tem uma larga tradição no movimento dos trabalhadores na Argentina e em outros países da América do Sul. Essa tendência pode ser demonstrada em ocupações de fábricas que aconteceram no Chile, na Bolívia e no Peru. Na Argentina, as ocupações de empresas vêm ocorrendo desde a década de 1950, quando se deu a ocupação do frigorífico Lisandro da Torre, no bairro de Mataderos. Esse fenômeno aconteceu também nas fábricas da Fiat, em Córdoba (Heller, 2004).

De acordo com Fajn (2003), a história do movimento dos trabalhadores na Argentina demonstra experiências que, em distintos momentos, tentaram implementar formas autogestionárias e de controle da produção; esse fenômeno, entretanto, nunca alcançou a magnitude e a quantidade de fábricas e empresas recuperadas a partir da crise de 2001.

“O fenômeno das empresas recuperadas foi gerado a partir das políticas regressivas neoliberais, hegemônicas a partir dos anos de 1990. Trata-se, portanto, de uma resposta dos trabalhadores a uma situação de extrema necessidade em meio a um processo de desindustrialização que se mostrava como irreversível”⁵

Foi a partir dessa crise que a ocupação de fábricas geridas pelos trabalhadores obteve maior visibilidade e alcance. A crise gerou o colapso do

⁵ Trecho extraído de Ruggeri, 2005. Tradução livre da autora.

mercado financeiro, ocasionando a abrupta queda da produção industrial e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. Tais fatores influenciaram diretamente o fenômeno da formação de cooperativas mediante a ocupação de fábricas. (Fajn, 2003).

De fato, as conseqüências para os trabalhadores foram imediatas. A taxa de desocupação alcançou números altíssimos, sendo que no primeiro semestre de 2002 atingiu praticamente 25% da População Economicamente Ativa (Ruggeri, 2005). Foi, portanto, da mesma forma que ocorreu no Brasil, a reação à crise aberta com a inserção do país na mundialização que impulsionou o movimento de criação de cooperativas na Argentina. A maneira como o movimento foi se constituindo nos dois países é contudo muito diferente.

Na Argentina, as fábricas falidas começaram a reabrir-se uma a uma. À medida que os casos se multiplicavam, eram descobertos problemas comuns. E também eram descobertas saídas pragmáticas e soluções. Foi então que muitas empresas autogestionárias consideraram que seria necessário aglutinar-se para compartilhar de conhecimentos e somar forças. Foi então que surgiram 2 movimentos: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas, ambos presididos por militantes de origem peronista. Os dois movimentos são organizações estratégicas tanto na hora de defender legalmente as cooperativas, como em momentos de resistir às tentativas de desocupação. E também, para coordenar e promover a comunicação a partir de distintas experiências (Lavaca, 2004). A principal diferença entre os dois movimentos está relacionada à atuação política: enquanto o MNER tem como um de seus objetivos principais a articulação política do movimento, o MNFR defende a recusa ao envolvimento político dos trabalhadores e das empresas e direciona sua atenção para a viabilização econômica dos empreendimentos.

Foi em novembro de 2004 que a Legislatura da cidade de Buenos Aires aprovou uma Lei de Expropriação Definitiva para 13 cooperativas. A previsão seria a de que os trabalhadores teriam que pagar o imóvel, em cotas semestrais ao longo de 20 anos. Essa foi, desde então, a maior conquista dos movimentos das empresas recuperadas (Lavaca, 2004).

O Movimento Nacional de Empresas Recuperadas surgiu em 2001, quando algumas empresas que haviam sido recuperadas começaram a juntar-se a um conjunto de setores que vinham da economia social. O lançamento do movimento aconteceu na empresa YMPA, a primeira empresa gerida pelos trabalhadores argentinos no contexto da crise da passagem do século.

Adquiriu um rápido crescimento, conformando-se como o principal movimento até o ano de 2003, quando sofre uma importante ruptura que dá origem ao MNFR.

Atualmente expressa uma aliança entre distintos grupos. Desde 2002, soma-se a este grupo quadros e ativistas provenientes do movimento assembleário e universitário.

O Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas surgiu no ano 2003. Iniciado por trabalhadores da Gyp Metal, tem como presidente Luis Caro, que afirma que o MNFR foi resultado da insatisfação de algumas empresas recuperadas com a política implementada pelo MNER.

As tentativas de retomada das empresas pelos antigos donos são uma realidade. E esse é um dos desafios mais importantes que os movimentos vêm enfrentando: a manutenção dos empreendimentos a partir da autogestão dos trabalhadores.

É neste contexto que a ocupação de empresas afirma-se no cenário do país como um movimento social e político que, embora tenha chegado a alcançar no seu período áureo não mais de 170 empresas, consistiu numa importante manifestação dos trabalhadores de recuperação de sua dignidade profissional a partir da recusa do desemprego e da manutenção de seu posto de trabalho por meio de cooperativas de produção e de trabalho.

Esse movimento diferencia-se, entretanto, em vários aspectos da experiência brasileira. Em primeiro lugar, porque contrariamente ao nosso caso, as cooperativas argentinas são prioritariamente urbanas, formadas a partir da recuperação pelos trabalhadores de fábricas falidas. Dessa forma, elas concentram-se em atividades industriais e urbanas. Com efeito, as cooperativas encontram-se divididas nos seguintes ramos produtivos: Metalúrgicas – 29%; Alimentícias – 18%; Têxtil – 7%; Gráficas – 6%; Cerâmicas – 4%; Construção – 1%; outras manufaturas – 20%; Saúde – 5%; outros serviços – 10% (Ruggeri, 2005).

Em segundo lugar, elas representam um universo muito menor do que o da experiência brasileira⁶. Sem deixar de considerar a dificuldade de obtenção de dados precisos, vale destacar que a bibliografia registra em torno de 170 empreendimentos desse tipo no conjunto do país (Fajn, 2003; Ruggeri, 2005; Lavaca, 2004).

Em terceiro lugar, diferentemente do caso brasileiro, o Movimento de Economia Social na Argentina não gerou instituições de apoio radicadas na sociedade civil, como a UNISOL e a Anteag, ou nas universidades como a Rede Universitária de Cooperativas Populares. Mas produziu, por outro lado, instituições formadas pelos próprios trabalhadores (Movimento Nacional de Empresas Recuperadas e Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas) nas quais se discutem os problemas que afetam os empreendimentos e se tomam decisões coletivas, tendo como princípios ações de solidariedade mútua e de apoio aos trabalhadores na ocupação de fábricas, o que lhe confere um forte caráter político.

No entanto, na pesquisa de campo realizada encontramos dificuldades semelhantes, no Brasil e na Argentina, para o trabalho nas cooperativas. Os principais aspectos relatados referem-se à falta de crédito, à ausência na formação dos trabalhadores, à inadequação tecnológica e às políticas públicas. Na Argentina, os trabalhadores abordam claramente essas questões relacionando-as com as principais dificuldades encontradas para o bom funcionamento dos grupos e no Brasil, as entrevistas apontam para a mesma conclusão. Lima (2004), em um estudo realizado em cooperativas no Brasil constata os mesmos problemas acima citados.

Podemos dizer que essas experiências são oriundas do próprio movimento operário, de trabalhadores que já possuem experiências de trabalho

⁶ Não se pode deixar de lado que essa comparação não leva em conta a enorme diferença populacional e da PEA entre os 2 países.

coletivo, e que a autogestão se coloca como possibilidade de emancipação e confronto com a exploração do trabalho não autônomo.

Ainda, de acordo com os argumentos acima explicitados, podemos afirmar que existe uma diferença significativa quando abordamos a constituição dos movimentos nos dois países: na Argentina, o predomínio de associações dos trabalhadores é uma das características mais marcantes no movimento, enquanto que no Brasil, ele sofre fortes influências de gestores públicos e órgãos de fomento à economia solidária.

Economia Popular e Solidária: limites e possibilidades

O debate sobre o cooperativismo inicia-se no século XIX, sendo pautado no âmbito de duas questões antagônicas: aqueles que consideravam suas potencialidades revolucionárias e aqueles que ressaltavam seu caráter reformista.

Conforme explicitamos anteriormente, o cooperativismo, tal como o conhecemos atualmente, tem sua origem na Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, e também em outros países como a França. Estas experiências foram sublinhadas pelas teorias dos chamados socialistas utópicos (Owen, Fourier, etc) que alimentaram o debate, principalmente no campo marxista, de suas potencialidades.

O Próprio Marx se debruça sobre o tema em O Capital, ao ver no cooperativismo, assim como nas sociedades anônimas (incipientes naquele momento) potenciais de formas de produção pós-capitalistas, onde a propriedade seria socializada (Singer, 1998).

Rosa Luxemburgo insere-se no debate já no século XX, com uma visão mais crítica ao polemizar com Bernstein (1946) sobre o caráter emancipador das cooperativas. Não que a autora fosse contra, por princípio, a esta forma de organização, mas segundo ela, as verdadeiras cooperativas estavam fadadas a viver um dilema insolúvel: ou elas ficavam presas aos seus ideais igualitários e socialistas e fracassavam economicamente ou por outro lado, para ter sucesso econômico, elas se degenerariam de seus princípios, tornando-se meras empresas capitalistas tradicionais (Singer, 1998).

Apesar do intenso debate teórico em torno do tema no final do século XIX e início do século XX, este foi se enfraquecendo no decorrer desse século. Por um lado, pela opção da esquerda em lutar pelo socialismo a partir da conquista do Estado, que pautou o debate marxista principalmente a partir da Revolução Russa de 1917; por outro lado, pelo pacto dos sindicatos com a social democracia na Europa Ocidental. Com efeito, o avanço da sociedade salarial (Castell, 1998), a construção do estado do bem estar social e a ampla conquista pela classe operária de direitos sociais no contexto dos “anos dourados” do capitalismo promoveu um esmorecimento das experiências cooperativistas. Estas só voltam a ser tema de discussão quando o modelo da Sociedade do Bem Estar Social entra em crise (Singer, 1998).

O processo de internacionalização do capital, de reestruturação produtiva, de inovação tecnológica, de difusão dos ideais do neoliberalismo que se seguiram à crise do estado do bem estar e as transformações no mercado de trabalho, a que já nos referimos no tópico anterior, mudaram significativamente o quadro social mundial. É neste contexto de agravamento das questões

sociais no final do século XX e início do século XXI que ocorreu a consolidação de inúmeros movimentos e organizações mundiais que passaram a lutar por um outro tipo de globalização, ou como explicita Santos (2002), uma globalização contra-hegemônica.

Neste sentido, a discussão sobre o cooperativismo retorna, mas de forma distinta. A proposta de cooperativismo, juntamente com outras formas associativas de organização dos trabalhadores tem sido recuperada, objetivando dar lugar a uma sociedade mais igualitária, no novo contexto do desenvolvimento capitalista (Lima, 2004).

De acordo com Arroyo e Schuch (2006), “sob diversos títulos – economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, etc. - têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, vêm propiciando a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeitos e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de vários continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoadas e recriadas nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de se expressar “(Arroyo e Schuch, 2006:82).

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária este tipo de prática apresenta como princípios gerais os seguintes aspectos:

- valorização social do trabalho humano, ou seja, valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo visto como mero portador de uma única mercadoria, sua força de trabalho;
- reconhecimento do papel da mulher e do feminino;
- desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade, cujo objetivo é o intercâmbio respeitoso do homem e da natureza;
- busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade como forma de criar uma sociedade humanizadora e eficaz para todos;
- centralização do valor do trabalho, do saber e da criatividade humana (coleta de informação para geração de conhecimento), que é fruto do trabalho e do processo de geração de conhecimento;
- consideração do ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, e não como gerador de riquezas e capitais para particulares;
- busca da unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso a seus benefícios, gerando hoje crises recessivas de alcance global;
- busca da solidariedade dos povos dos hemisférios Norte e Sul, objetivando o aumento da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e

social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência;

- geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais (fonte: site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fbes.org.br).

Santos (2002) afirma que são quatro os motivos do ressurgimento do interesse pelas formas de produção solidárias:

1 – embora as cooperativas estejam baseadas em valores e princípios não-capitalistas, de acordo com o autor, elas sempre foram concebidas como unidades produtivas capazes de competir no mercado;

2 – as cooperativas têm potencial para responder com eficiência às condições do chamado mercado global contemporâneo;

3 – como a característica principal das cooperativas é que os trabalhadores são proprietários, a sua difusão produz um efeito igualitário sobre a distribuição da propriedade, o que, por sua vez, estimula o desenvolvimento econômico e diminui os níveis de desigualdade;

4 – as cooperativas geram benefícios não-econômicos para seus membros e para a comunidade, que são fundamentais para contrastar os efeitos nocivos da economia capitalista.

A visão positiva de Santos (2002) sobre o cooperativismo não é, entretanto, compartilhada por toda a bibliografia. Na verdade, a maior parte dos estudos sobre o tema realizados até o momento pode ser separada em duas posições opostas: (i) a dos que acreditam no cooperativismo enquanto germes de um novo modo de produção e (ii) e a daqueles que têm salientado as dificuldades de sobrevivência das cooperativas no mercado capitalista. Entre essas duas posições, encontram-se, ainda, vários trabalhos que embora contestem suas possibilidades de transformação social, não descartam as potencialidades do cooperativismo enquanto alternativas solidárias de geração de trabalho e renda.

Entre os primeiros, valeria citar Singer (1998) e Gaiger (1999) que, a partir de pontos de vista diferenciados, defendem o potencial transformador das cooperativas.

Para Singer (1998), a formação de cooperativas populares abre a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão, adquirindo, neste caso, um caráter revolucionário.

Ainda de acordo com o autor as cooperativas podem ser definidas como o mais controverso e significativo implante socialista no sistema capitalista, já que em seus mais diversos tipos, seguem os princípios opostos ao capitalismo (Singer, 1999).

Gaiger (1999) também entende que grande parte das iniciativas de formação de cooperativas surge em função das crescentes dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores e que atualmente pode-se estar diante da germinação de formas de economia alternativa, por se distinguirem da lógica mercantil capitalista. Para ele, as cooperativas são alternativas econômicas para os trabalhadores por tratarem-se de empreendimentos viáveis, capazes de assegurar sua auto-sustentação numa perspectiva de longo prazo. A base teórica de Gaiger diferencia-se, entretanto, da de Singer,

ao se apoiar no conceito de dádiva de Marcel Mauss para justificar o potencial transformador das cooperativas.

No que se refere aos segundos, as análises têm sublinhado a difusão das cooperativas de terceirização, que conforme os estudos de Lima (1997, 1998, 2002), constituem outro desafio. Consoante discutimos anteriormente, muitas empresas demitem os funcionários e em seguida formam cooperativas com esses trabalhadores demitidos, com o objetivo de não cumprir a legislação trabalhista, promovendo dessa forma a precarização do trabalho.

Amorim (2003), por exemplo, ao estudar o setor de vestuário na Região Metropolitana de Campinas, constata a formação de cooperativas de terceirização a partir de uma grande empresa de confecção com o objetivo de não pagamento de direitos trabalhistas, acarretando uma significativa precarização do trabalho.

Há outras análises que ressaltam as dificuldades de sobrevivência encontradas pelas experiências cooperativistas no mercado capitalista. O estudo de Holzmann (1998) representa um bom exemplo a esse respeito, ao destacar a formação de duas cooperativas pelos trabalhadores da Metalúrgica Wallig. Essa empresa faliu em 1991 e os trabalhadores decidiram gerir o empreendimento, criando duas cooperativas de produção. As dificuldades no âmbito da gestão do empreendimento, no entanto, puseram fim à experiência.

Outro estudo importante neste sentido trata-se da empresa calçadista Makerli, em Franca. Em 1991, os trabalhadores da Makerli decidiram assumir a direção da empresa em função do encerramento de suas atividades produtivas e da eliminação de mais de 450 postos de trabalho. A experiência de formação de uma cooperativa durou cerca de 3 anos, já que em 1994, a justiça determinou a devolução do prédio aos seus antigos proprietários (Nakano, 1998).

Não há dúvida de que esses últimos trabalhos têm se atido mais à análise da realidade empírica e dos constrangimentos que o mercado impõe às iniciativas solidárias.

Vale destacar, entretanto, que a realidade também tem fornecido exemplos de possibilidades do trabalho cooperativado como forma alternativa de geração de trabalho e renda.

Ao fazer o balanço de um conjunto de experiências internacionais em Santos (2002), Quijano (2002) cria o conceito de *estratégias de sobrevivência* para dar conta da multiplicidade de experiências internacionais desse tipo. De acordo com ele, tais estratégias iniciam-se a partir de meados de 1973, com a eclosão da crise capitalista, causando como efeitos a marginalização dos trabalhadores em todo o mundo, principalmente nas áreas periféricas e dependentes. Neste contexto, a criação de tais estratégias tem como objetivo a inserção dos trabalhadores excluídos do emprego assalariado, e conseqüentemente, do mercado formal de trabalho.

O autor entende que *“o recurso à reciprocidade demonstra uma nova tendência de resistência dos trabalhadores e acarreta a entrada de um outro momento no período histórico das experiências e dos conflitos sociais no capitalismo”* (Quijano, 2002). De acordo com ele, na América Latina, as experiências de formação de cooperativas populares apresentam-se como uma *“economia alternativa”* (Quijano, 2002). De acordo com Quijano (2002), as

experiências de formação de cooperativas no Brasil possuem alguns elementos importantes. São eles:

1 – sua história inicia-se na década de 1990, em pleno desenvolvimento do “ajuste estrutural”, do neoliberalismo e da internacionalização do capital;

2 – as empresas ocupadas pelos trabalhadores organizam-se sobre a base de empresas em falência (a partir da ocupação dos trabalhadores ou pela transferência de ativos das empresas negociadas com os empresários e/ou com o Estado);

3 – originam-se a partir do apoio do Estado, Igreja ou ONGs.

Vale destacar, no entanto, que embora essas propostas e as experiências que elas ensejam possam ser consideradas como elementos fundamentais de um desenvolvimento alternativo, torna-se importante discutir os limites e dificuldades que elas enfrentam.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção é o relativo à adesão dos trabalhadores aos empreendimentos. Elementos culturais presentes na condição de assalariamento, entendido como acesso a direitos de cidadania, dificultam a compreensão de uma proposta autogestionária na qual a divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam tenderia a desaparecer, ou pelo menos, a diminuir (Lima, 2004).

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito à fragilidade econômica das cooperativas, que por resultarem de empresas falidas ou de programas de geração de trabalho e renda, em sua maioria, não estão em condições econômicas que garantam a sua sobrevivência sem os apoios de entidades de fomento à economia solidária (Lima, 2004). Pelo fato de esses empreendimentos estabelecerem uma relação local, essas experiências tendem ao insucesso, salvo mediante o estabelecimento de relações em níveis regionais, locais ou globais, como foi o exemplo de Mondragón⁷.

As dificuldades relativas ao entendimento dos trabalhadores em relação à participação, à democratização e às peculiaridades de uma cooperativa também se apresentam como limites a serem considerados.

Não há dúvida, entretanto, que devido principalmente à desestruturação do mercado de trabalho, as cooperativas podem se tornar efetivamente estratégias de sobrevivência, como encontramos em nossa pesquisa na experiência Argentina.

Nesse sentido, a questão que sobressai é a da ausência de políticas públicas capazes de permitir que elas enfrentem de maneira mais eficaz as dificuldades encontradas.

⁷ O complexo cooperativo de Mondragón, situado nos arredores da cidade de Mondragón, país Basco espanhol, teve início em 1965, reunindo hoje 30.000 trabalhadores em 109 fábricas. Podemos inferir que o êxito das cooperativas de Mondragón está relacionado à inserção das mesmas em redes de apoio e ao esforço de torná-las competitivas no mercado global. Com efeito, Mondragón teve êxito também porque conseguiu transformar-se em uma economia cooperativa regional, na qual, as redes de apoio permitiram a sobrevivência e expansão dos empreendimentos que fazem parte dela. Além disso, estas redes foram fortalecidas mediante cooperação estabelecida entre o Estado (o governo regional basco) e os grupos de Mondragón, em assuntos os mais diversos, tais como: projetos de pesquisa tecnológica, programas de estímulo ao emprego e estudos sobre a evolução da economia regional (Santos, 2002).

Em seu estudo sobre as políticas públicas acerca da economia solidária Pochmann (2003, pp. 140) afirma que *“dado o não reconhecimento no marco institucional vigente das formas autônomas e associativas, estas ficam reféns de relações de trabalho precarizadas e, ao não poderem acessar os instrumentos de regulação e gestão pública adequados, ficam submetidas a dinâmicas econômicas que comumente são reprodutoras da pobreza e não emancipatórias ou promotoras do desenvolvimento próprio de sua comunidade”*. O autor afirma ainda que a economia solidária cresce no país e configura-se como um movimento de resistência e como espaço de construção de outras relações sociais e econômicas que podem também ser caminhos de inclusão e desenvolvimento justo; necessitam, entretanto, de políticas públicas voltadas para sua viabilização econômica para poderem cumprir esse papel.

Pochmann (2003) critica o modelo hegemônico que ainda pensa o desenvolvimento apenas a partir das relações de trabalho subordinadas, dado que esta realidade vem sofrendo mudanças significativas. Dados da Prefeitura Municipal de São Paulo, por exemplo, indicam que, a partir de 1990, três a cada dez postos de trabalho abertos são assalariados, sendo um com contrato formal (legal) e dois informais (ilegais). Os outros sete postos de trabalho abertos não podem ser caracterizados nem como legais, nem como ilegais, dado que não são ocupações assalariadas. São, contudo, formas “alegais”, já que a regulação pública atual não sabe como tratá-las. Neste sentido, para poder avançar na consolidação de políticas públicas de fomento à economia solidária, será necessário reconhecer estas formas de trabalho, criando regulações e mecanismos apropriados, enxergando neles o potencial de desenvolvimento que possuem⁸.

O autor aponta ainda que a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos dependem do acesso que terão aos recursos e aos instrumentos públicos de fomento, como por exemplo: financiamento adequado, qualificação técnica, produção de tecnologias apropriadas e projetos de desenvolvimento local que articulem e potencializem estas iniciativas.

Também Arroyo e Schuch (2006, pp. 92/93) resumem os principais desafios colocados para a Economia Solidária nos dias atuais em termos de políticas públicas:

“O desafio da solidariedade: o resgate da cultura da solidariedade, que não se confunde com caridade, é central para construirmos as condições fundamentais do novo modelo de desenvolvimento, estimulando os formatos associativos entre os empreendimentos populares, como cooperativas, associações, fóruns, conselhos, grupos de compra conjunta, clubes de troca, etc.

⁸ Atualmente pode-se constatar, no âmbito do mercado formal de trabalho, uma recuperação do emprego no Brasil ocasionado principalmente pela melhoria do país na competitividade externa e a maior proteção interna representada pela desvalorização cambial ocorrida entre 1999 e 2003. Este contexto possibilita o crescimento do emprego formal, caracterizando uma reversão na tendência observada ao longo da década de 1990. Este crescimento é devido principalmente ao crescimento do PIB e à ampliação da formalização dos vínculos de emprego. Observa-se, contudo, que mesmo tendo maiores impactos sobre o emprego formal, este crescimento nos postos de trabalho ainda não foi suficiente para promover uma significativa melhoria e estruturação do mercado de trabalho brasileiro.

O desafio do financiamento: a constituição de um Sistema de Finanças Solidárias, que combine diversos produtos financeiros dirigidos aos empreendedores populares como crédito popular/microcrédito, poupança, seguro, cartão de crédito, troca de cheque, etc., é um instrumento indispensável que deve vir associado à formação e à organização dos empreendimentos populares.

O desafio da ciência e tecnologia: é preciso investir em pesquisa que gere tecnologias adequadas à natureza e à escala dos negócios populares, para que os produtos e serviços do segmento ganhem qualidade e competitividade.

O desafio do marketing: a adaptação do instrumental mercadológico também é fundamental para que haja parâmetros científicos para dialogar com a cultura de consumo, inserindo novos paradigmas culturais e éticos.

O desafio do desenvolvimento local: a identificação de cadeias e a compreensão da interação destas em arranjos econômicos locais precisam ser desenvolvidas por meio de metodologias que considerem o empreendedor popular como sujeito protagonista do processo organizativo econômico e social”.

De acordo com os autores, apesar de todas as dificuldades encontradas na experiência de formação das cooperativas populares, que extrapolam o âmbito estrutural, jurídico, de gestão do empreendimento, de crédito e principalmente da política pública, é preciso destacar que *“a economia popular se diferencia dos outros segmentos da economia por estabelecer a possibilidade mais nítida de inverter a ordem entre o econômico e o social, já que não há solução social se não for econômica. Está diretamente ligada à segurança alimentar da população, ao usufruto de direitos básicos com inserção econômica do cidadão, ao direito de viver com dignidade, à melhoria da qualidade de vida”* (Arroyo e Schuch, 2006, pp.71).

Evidentemente, estas idéias são importantes, inovadoras e fundamentais para o desenvolvimento das experiências cooperativistas.

Considerações Finais

Não parece haver dúvidas de que a Economia Solidária e Social tornou-se uma realidade na América Latina a partir da década de 1980 do século XX. Mesmo apresentando manifestações diversas e tendo origens distintas na região, constitui um fenômeno com significativa expressão social.

Podemos dizer que no Brasil a Economia Solidária consolida-se a partir da década de 1980, como resultado e como resposta à implementação das políticas neoliberais e suas conseqüências para o mercado de trabalho. Foi a partir da reestruturação produtiva e da implementação das políticas neoliberais que as altas taxas de desemprego, que apareceram a partir da década de 1980 e incrementaram-se ainda mais na de 90, que inúmeros trabalhadores/as passaram a se organizar em cooperativas, em grande parte das vezes auxiliados por agências de fomento ou pelo poder público. Como demonstra o Atlas da Economia Solidária, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, as cooperativas estão organizadas nos mais diversos ramos de atividade econômica e em distintos setores econômicos.

No caso da Argentina, a Economia Social origina-se de maneira distinta da do Brasil. Enquanto a Economia Solidária no Brasil origina-se no momento de implementação das políticas neoliberais e vai desenvolvendo-se ao longo do tempo de acordo com a transformação do mercado de trabalho, na Argentina a Economia Social surge a partir da crise econômico-social do modelo neoliberal em 2001, que acarretou uma queda brusca na economia do país e o conseqüente fechamento de inúmeras fábricas e perda de postos de trabalho. Entre os diversos movimentos que surgem neste contexto, como o famoso movimento dos piqueteiros, trabalhadores/as das fábricas fechadas organizam-se para recuperá-las a partir da organização de cooperativas, dando origem às experiências mais significativas de economia social no país.

Nesse contexto, podemos afirmar que este estudo traz à tona não apenas as características distintas do surgimento dessas experiências nos dois países, mas também as diferentes maneiras como os trabalhadores se inseriram nestes processos.

No Brasil, a pesquisa indica que as cooperativas emergem enquanto política pública para geração de trabalho e renda, ou seja, seu surgimento está diretamente associado à intervenção do Estado, ou de agências de fomento, enquanto formuladoras de tal política, ainda que o apoio estatal fique muito aquém da necessidade efetiva dos empreendimentos.

Já na Argentina, a formação de cooperativas ocorreu a partir de um movimento de trabalhadores que, no momento em que perdem seus postos de trabalho, decidem ocupar as fábricas e geri-las de forma autônoma.

Neste sentido, a distinção na formação dos empreendimentos aponta para uma diferença significativa na autonomia dos trabalhadores em questão. Um dos desafios que este estudo não aborda de maneira profunda é saber até que ponto esses trabalhadores, especialmente no Brasil, têm consciência da importância da autonomia na gestão e entendimento de que os empreendimentos constituem um outro modelo de trabalho.

Uma hipótese, a nosso entender, que deverá ser mais bem desenvolvida em outros estudos, consiste em identificar como esta diferença na autonomia dos trabalhadores na comparação entre a Argentina e o Brasil se deve à origem distinta da economia solidária nos dois contextos.

Enquanto no Brasil a economia solidária é resultado das políticas neoliberais, na Argentina ela é resultado justamente da crise deste modelo. Tal fato demonstrou que enquanto no Brasil os trabalhadores são “objetos” de políticas públicas (ainda que absolutamente insuficientes como o estudo evidencia), na Argentina eles são “sujeitos” no contexto de enfrentamento de uma crise.

Neste sentido, entendemos que a economia solidária no Brasil, na forma como vem sendo constituída, não se apresenta de maneira satisfatória enquanto um outro modelo de gestão do trabalho, no sentido da autonomia do trabalhador. Tal fato pode ser justificado pela extrema dependência dos empreendimentos em relação ao poder público e das entidades de fomento.

O contrário parece acontecer na Argentina, onde a formação dos empreendimentos acontece a partir do entendimento dos trabalhadores da necessidade de se construir outra forma de trabalho, em que a autonomia dos trabalhadores seja uma de suas características mais importantes.

A existência de uma política pública efetiva é, contudo, uma necessidade apontada nos dois casos. Neste estudo, verificamos que sem a formulação de uma ampla política de apoio, os empreendimentos dificilmente terão condições de manutenção e sobrevivência na atual economia capitalista. Essa característica encontra ressonância nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, bem como com os gestores públicos dos dois países. É certo que a intervenção do Estado teria como efeito obrigatório o distanciamento das atuais experiências em relação ao ideal transformador do cooperativismo tal qual expresso em seu surgimento no século XIX. Se considerarmos, entretanto, que as experiências com que nos defrontamos apontam para alternativas de geração de trabalho e renda com autonomia e participação dos trabalhadores na gestão do empreendimento⁹ que devem sobreviver no mercado capitalista, a reivindicação de políticas públicas ganha todo o sentido.

Outra questão importante que vale destacar como resultado da pesquisa é de que com todos os limites que apresentam (e que como vimos, não são poucos), as cooperativas representam experiências significativas para os cooperados no sentido de recuperação da dignidade, da solidariedade e da construção de uma nova sociabilidade.

Bibliografia

- AMORIM, Elaine: No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003.
- FAJN, Gabriel (org.). Fábricas e Empresas Recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Centro Cultural de la Cooperacion, Buenos Aires: Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER (org.). Formas de Combate e Resistência à Pobreza. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1996.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HELLER, Pablo. Fábricas Ocupadas – Argentina 2004. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.
- LAVACA, Cooperativa de Trabalho. Sin Patrón: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores. Una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca Editora, 2004.
- LEITE, Márcia de Paula. Tecendo a Precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. In: Revista Trabalho, Educação e Saúde. Volume 2, nº.1, Fiocruz, Rio de Janeiro (pp. 57-93), 2001.
- _____. Mudanças produtivas e atores sociais. In: Trabalho e Sociedade em Transformação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

⁹ Ainda que essa autonomia e cooperação sejam bastante limitadas em alguns casos.

- _____. Novas Tendências no Mundo do Trabalho e Cooperativismo. In: Revista Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo, Porto Alegre, 2004.
- LIMA, Jacob Carlos. Negócios da China: a nova industrialização no Nordeste. Novos Estudos Cebrap, nº 49 (pp.141 - 158), 1997.
- _____. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In CASTRO e DEDECCA. A Ocupação na América Latina. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- _____. As Artimanhas da Flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.
- _____. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de produção: o paradigma revisitado. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. , ANPOCS, volume 19, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MAGNANI, Esteban. El Cambio Silencioso – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- POCHMANN, Márcio (org.). Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003.
- POCHMANN, Márcio. As políticas de geração de emprego e renda: experiências internacionais recentes. In: OLIVEIRA (org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1998.
- REBÓN, Julián. Desobedeciendo al Desempleo. La experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones Picasso, 2004.
- RUGGERI, Andrés. Las Empresas Recuperadas en la Argentina: informe del segundo relevamiento del programa. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.